



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TEREZA CRISTINA ALVES DE LIMA**

**A LIBRAS PROMOVE A INCLUSÃO DAS DOCENTES SURDAS NO AMBIENTE  
DE TRABALHO DA UFRPE?**

**RECIFE**  
**2019**

**TEREZA CRISTINA ALVES DE LIMA**

**A LIBRAS PROMOVE A INCLUSÃO DAS DOCENTES SURDAS NO  
AMBIENTE DE TRABALHO DA UFRPE?**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Janaína Alencar Sampaio

**RECIFE**

**2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- L732I      Lima, Tereza Cristina Alves  
              A libras promove a inclusão das docentes surdas no ambiente de trabalho da UFRPE? / Tereza Cristina  
              Alves Lima. - 2019.  
              52 f. : il.
- Orientadora: Maria Janaína Alencar Sampaio.  
              Inclui referências e apêndice(s).
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
              Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, 2019.
1. Surdez. 2. Libras. 3. Inclusão. I. Sampaio, Maria Janaína Alencar, orient. II. Título

CDD 300

---

**TEREZA CRISTINA ALVES DE LIMA**

**A LIBRAS PROMOVE A INCLUSÃO DAS DOCENTES SURDAS NO  
AMBIENTE DE TRABALHO DA UFRPE?**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª Drª. Maria Janaína Alencar Sampaio, Orientadora  
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

---

Prof. Dr. João Moraes de Sousa  
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

---

Prof. Dr. Paulo Afonso Barbosa de Brito  
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

À minha família, por estar presente em todas as fases da minha vida, juntos no dia a dia, enfrentando dificuldades, superando obstáculos e saboreando vitórias.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos que, nessa jornada chamada vida, têm contribuído para o meu crescimento e, de alguma forma, inspirado-me a querer e buscar meios para me tornar uma pessoa sempre melhor!

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”  
(Arthur Schopenhauer)

## RESUMO

O objetivo deste estudo foi investigar como ocorre a comunicação das professoras surdas que ensinam Libras no campus sede da UFRPE, a fim de identificar se a Universidade promove as medidas necessárias e suficientes para facilitar essa comunicação durante as atividades relacionadas ao trabalho, contribuindo para a plena efetividade da inclusão dessas professoras no ambiente acadêmico. A metodologia aplicada está vinculada ao método qualitativo, um estudo de caso. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários respondidos por alunos, funcionários e professores ouvintes, bem como por meio de entrevistas com as professoras surdas e um tradutor intérprete profissional, cujo papel é essencial para que essa comunicação ocorra. A teoria para a pesquisa baseou-se na história da surdez e da língua de sinais, bem como no paradigma da inclusão, desde sua antiga exclusão protecionista até os dias atuais, onde as práticas sociais visam estabelecer a igualdade e todos devem ser reconhecidos como cidadãos de igual importância. Questões relacionadas à acessibilidade, preconceito, estereótipos e estigma foram abordadas, culminando com a compreensão da importância do trabalho como elemento essencial para o processo de inclusão. A análise dos dados apontou que, apesar da UFRPE estabelecer algumas medidas de acessibilidade mais generalizadas e algumas mais específicas para auxiliar a comunicação por meio da Libras, ainda são de pouco alcance e efetividade, para possibilitar a plena interação e integração das professoras surdas nessa instituição acadêmica.

**Palavras-chave:** Surdez. Libras. Inclusão.



## **ABSTRACT**

The aim of this study was to investigate how the communication of deaf professors who teach Libras (Brazilian sign language) occurs in the main campus of UFRPE, thus, to identify if the university provides the necessary and sufficient measures to facilitate this communication during work related activities, contributing to the full effectiveness of these professors' inclusion in the academic environment. The methodology applied is linked to the qualitative method in the form of a case study. The data collection was obtained from quizzes answered by students, staff and hearing professors, as well as through interviews with deaf professors and a professional translator and interpreter, whose role is essential for the sign language communication to take place. The theory for research was based on the history of deafness and sign language, as well as the paradigm of inclusion (from its former protectionist exclusion until nowadays), where social practices aim to establish equality and everyone must be recognised as citizens of equal importance. Issues related to accessibility, prejudice, stereotypes and stigma were addressed, culminating with the understanding of the importance of work as an essential element for the inclusion process. The data analysis pointed that, despite UFRPE establishing some more generalised and some more specific accessibility measures to aid the communication through Libras, they are still of little reach and effectiveness to enable the full interaction and integration of the deaf professors in this academic institution.

**Key-words:** Deafness. Libras. Inclusion

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 - Conheceu a Libras.....                                                 | 27 |
| Gráfico 2 - Interesse em Libras .....                                              | 28 |
| Gráfico 3 - Motivo da Escolha .....                                                | 28 |
| Gráfico 4 - Percebem medidas da UFRPE no início do Semestre .....                  | 29 |
| Gráfico 5 - Percebem medidas da UFRPE no final do Semestre .....                   | 29 |
| Gráfico 6 - Intenção de continuidade no início do semestre.....                    | 31 |
| Gráfico 7 - Intenção de continuidade no final do semestre .....                    | 31 |
| Gráfico 8 - Inclusão na grade de idiomas .....                                     | 31 |
| Gráfico 9 - Incidência de Libras.....                                              | 32 |
| Gráfico 10 - Necessidade de Tradutor Intérprete em aula no início do semestre..... | 32 |
| Gráfico 11 - Necessidade de Tradutor Intérprete em aula no final do semestre ..... | 33 |
| Gráfico 12 - Dificuldade de comunicação em aula no início do semestre .....        | 33 |
| Gráfico 13 - Dificuldade de comunicação em aula no final do semestre .....         | 33 |
| Gráfico 14 - Grau de dificuldade de Comunicação.....                               | 34 |
| Gráfico 15 - Melhora na Comunicação.....                                           | 34 |
| Gráfico 16 - Medidas suficientes .....                                             | 35 |
| Gráfico 17 - Gostaria de aprender Libras .....                                     | 35 |
| Gráfico 18 - Contato frequente .....                                               | 36 |
| Gráfico 19 - Dificuldade de atuação .....                                          | 37 |
| Gráfico 20 - Interação em evento .....                                             | 37 |
| Gráfico 21 - Percebe medidas facilitadoras.....                                    | 38 |
| Gráfico 22 - Houve melhoria na comunicação.....                                    | 38 |
| Gráfico 23 - Presenciou dificuldade de comunicação.....                            | 39 |
| Gráfico 24 - Necessidade de tradutor intérprete em eventos .....                   | 39 |
| Gráfico 25 - Gostaria de aprender Libras .....                                     | 39 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                        |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                              | <b>10</b> |
| <b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>                                                                                   | <b>14</b> |
| 2.1 Conhecendo sobre a surdez e a língua de sinais.....                                                                | 14        |
| 2.2 O paradigma da inclusão social.....                                                                                | 17        |
| 2.3 Acessibilidade, preconceitos, estereótipos e estigmas .....                                                        | 18        |
| 2.4 Mundo do trabalho, essencial no processo inclusivo .....                                                           | 20        |
| <b>3 LOCAL DA PESQUISA, SUJEITOS ENVOLVIDO E METODOLOGIA APLICADA .....</b>                                            | <b>23</b> |
| <b>4 A LIBRAS PROMOVE A INCLUSÃO DAS DOCENTES SURDAS NO AMBIENTE ACADÊMICO DA UFRPE? .....</b>                         | <b>27</b> |
| 4.1 A experiência e percepção dos alunos frente à comunicação pela Libras na UFRPE .....                               | 27        |
| 4.2 Experiência e percepção de funcionários no tocante à comunicação com as professoras surdas na rotina laboral ..... | 34        |
| 4.3 Experiência e percepção dos professores ouvintes que atuam no mesmo departamento das professoras surdas .....      | 35        |
| 4.4 O que disseram os que tem a Libras como identidade e meio de comunicação ou ferramenta de trabalho. ....           | 40        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                    | <b>48</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                | <b>50</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão social é tema de grande importância na atualidade brasileira, devido à luta das minorias contra o preconceito e pelo respeito às diferenças, sejam estas, religiosas, étnicas, de gênero, físicas ou outra natureza. Tal batalha tem sido empreendida, mais especificamente, por grupos sociais formados pelas pessoas que se sentem colocadas à margem da sociedade em decorrência dessas diferenças. Essa luta vem apresentando resultados e ampliando sua área de alcance, como pode ser observado pelo aumento da institucionalização de direitos vinculados à igualdade, que vem evidenciando, assim, a existência dessa demanda social. Os resultados têm favorecido a busca por condições mais igualitárias, que promovam a participação mais efetiva de todos nessa sociedade, ou seja, a busca pela construção de uma sociedade mais inclusiva. Sendo a inclusão um mecanismo de integração de indivíduos na sociedade, é objeto de interesse e estudos das ciências sociais.

Em relação às pessoas, cuja diferença é atribuída a algum tipo de deficiência, limitação física ou sensorial, a exemplo da surdez e a implicação de sua dificuldade na comunicação linguística padrão, as lutas dessas minorias provocaram demandas que têm induzido a implementação de políticas objetivando promover a inclusão das pessoas surdas nas mais diversas esferas da sociedade, como escolas, espaços públicos e, também, no mundo do trabalho, mas ainda é muito sutil o resultado desse alcance. De acordo com Silva (1987), é importante ressaltar que parte da responsabilidade pelo enfrentamento para a eliminação das desvantagens percebidas por essas pessoas, deve ser tomada para si por cada indivíduo, e não apenas ser relegada a instituições.

Para Skliar (1995 apud DANESI [entre 1995 e 2013]), o surdo pertence a uma população que se caracteriza por compartilhar o uso da Libras, uma língua minoritária, por meio da qual se identificam e transmitem a mesma cultura e maneiras de socializar. Sendo assim, a Libras é para a pessoa surda um elemento de vital importância para o seu modo de apropriação do mundo, da construção de sua identidade e de sua interação social.

Não se pode falar em socialização sem adentrar no mundo do trabalho, pois este é um dos espaços de maior importância para o ser humano, uma vez que é por meio do trabalho que o homem garante o seu sustento, conseqüentemente sua

autonomia, confiança e autoestima. Além disso, a atividade profissional está estreitamente relacionada ao exercício da plena cidadania, portanto, indispensável no processo de inclusão social, devendo ser garantida a todos os cidadãos, conforme disposto na Constituição Federal, no capítulo que trata dos Direitos Sociais, em seu art.6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 2016, p.19).

No entanto, se para os demais trabalhadores, o ingresso e a permanência no mercado de trabalho do nosso país são questões complexas e permeadas por muitas dificuldades, para a pessoa surda, tal empreitada é ainda mais extenuante, pois se por um lado são “beneficiados” pela Lei 8.213/91 (BRASIL, 1991), esta é praticamente sua única porta de entrada para esse ambiente, devendo ser considerada estreita demais enquanto solução, uma vez que, apesar de obrigar que empresas com cem ou mais empregados destinem um percentual de suas vagas a beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, incluindo nessa categoria os surdos, o número de vagas é muito reduzido.

É importante ressaltar a inclusão social conforme a concepção de Sassaki (2010), como um processo bilateral, no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam juntas os meios de promover oportunidades igualitárias. Sob essa perspectiva, as medidas legais instituídas com objetivo de facilitar a acessibilidade da pessoa surda, podem ser vistas como resultado das demandas de lutas empreendidas pelos que se encontram excluídos. Mas, a letra da lei deve estar aliada a uma ação conjunta, com a participação de todos os atores sociais, pois diante do que expõe Skliar (2011 apud VALZINHA, 2011, p.1), presumir que mudanças ocorrem unicamente a partir das instituições governamentais é um engano e, se não houver a participação da sociedade na contrapartida das instituições, nada se efetiva.

Em relação a isso, podem ser apontadas como ações positivas inclusivas para os indivíduos surdos brasileiros: a Lei 10.436-2002 (BRASIL, 2002) que institui a Libras; o Decreto 5.626 – 2005 (BRASIL, 2005), que a regulamenta; e, também, as medidas legais que tratam da inclusão e manutenção da pessoa surda no mercado de trabalho, as quais obrigam empresas e instituições públicas a implementá-las.

Dentro das ações positivas relacionadas à pessoa surda, vale ressaltar, a regulamentação da formação e atuação do profissional tradutor intérprete de Libras, sem o qual todas as demais medidas ficariam prejudicadas no êxito do seu cumprimento, pois a difusão da Libras ainda não tem alcance suficiente para que a comunicação entre surdos e ouvintes ocorra de forma satisfatória, sem a interferência da atuação desse profissional, em todas as áreas de participação direta da pessoa surda.

Esse trabalho pretende difundir informações sobre um mundo paralelo, no qual pessoas no silêncio da língua de sinais buscam mecanismos que as levem à inclusão social efetiva e com mais visibilidade, e que despertem o interesse e fomentem demandas a caminho de uma participação mais ampla e diversificada que as incluam de forma real nos espaços sociais, onde devem figurar como protagonistas de sua própria história e não apenas como sujeitos, cujo lugar a ser ocupado seja sempre designado pelos outros.

O interesse pelo tema se deu em decorrência de saber que a disciplina LIBRAS era ministrada na UFRPE por professoras surdas. Esse fato, além de causar surpresa, despertou também a curiosidade de saber como ocorria a comunicação e interação dessas professoras com os demais atores do seu ambiente de trabalho. Esse foi o elo com o objeto de estudo, com o recorte para a pesquisa.

Considerando que a Libras é a língua natural dos surdos brasileiros, e que a língua é o principal elemento de interação social, devendo assim, ser facilitadora de acesso e permanência nos ambientes compartilhados socialmente. Considerando ainda que a UFRPE tem em seu quadro funcional de docência professores surdos, é pertinente indagar: **a UFRPE tem promovido os mecanismos necessários e suficientes para que a Libras obtenha êxito, enquanto principal meio para comunicação das professoras surdas, facilitando a acessibilidade comunicacional, efetivando a inclusão dessas professoras no ambiente acadêmico?**

Antes do início da pesquisa, a impressão era de que havia uma insuficiência de mecanismos e recursos, capazes de subsidiar a comunicação das professoras surdas, pois não havia uma visibilidade de usuários dessa língua na UFRPE e, apesar da oferta da disciplina Libras, não era percebido algum tipo de incentivo para o seu uso. Sob essa perspectiva, na UFRPE as professoras surdas estavam, de

certa forma, segregadas pelo uso da Libras, pois se não há “falantes” da mesma língua, não pode haver interação!

O objetivo da pesquisa foi constatar se o uso da Libras tem na UFRPE alcance suficiente e em nível satisfatório, para a interação das professoras surdas com seus alunos, outros professores, e demais funcionários da instituição. Especificamente era preciso: conhecer como se dá a comunicação das professoras surdas da UFRPE em suas atividades laborais; verificar se essa unidade acadêmica, disponibiliza os mecanismos necessários para que a comunicação por meio da Libras seja eficiente. Também foi importante refletir sobre as necessidades dessas professoras, nas especificidades das atividades laborais, tanto em sala de aula, como nos ambientes de interação com outros professores e demais funcionários.

Acreditando na importância de um melhor entendimento, sobre questões que envolvem as relações humanas, apontar o nível de efetividade da interação das professoras surdas da UFRPE, e o alcance do uso da Libras nessa instituição acadêmica, será um pequeno passo, mas deve contribuir para a descoberta de novos caminhos que conectem as ciências sociais às demandas de estudos relacionados às pessoas surdas, pois estas, tanto quanto os ouvintes, terão sempre muito a revelar sobre todos os dilemas sociais que fazem parte da existência humana.

Arrematando essa conclusão é importante abrir um parêntese para antecipar uma informação captada nas entrevistas. A informação que deve nortear o olhar de qualquer um que, de alguma forma, em algum momento da vida se depare com um “falante natural” da Libras. Para aqueles que tem a Libras intrinsecamente vinculada à condição de surdo: “[...] eu sou surda, como pessoa surda, a Libras é a minha língua, é a língua das comunidades surdas do Brasil. Através dela eu posso identificar todos os objetos, eu me identifico...faz parte da minha identidade[...]”. (informação verbal).

O presente trabalho está ordenado da seguinte forma: na introdução aponta sua importância; em seguida, apresenta o aporte teórico que subsidiou a caminhada pelo tema, de forma significativa e coesa; na sequência, mostra o processo metodológico adotado; culminando com a apresentação e análise dos resultados; e, finalmente, as considerações e sugestões.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Conhecendo sobre a surdez e a língua de sinais**

Por todo curso da história da humanidade é possível observar registros de referências à existência da surdez, pois esta, assim como as demais limitações físicas, sensoriais e cognitivas e suas consequências, acometem o homem desde seus tempos mais remotos.

Segundo Silva (1987, p.11), “anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade”.

E assim, desde os primórdios, a sociedade tem em sua constituição pessoas com diferenças provocadas por algum atributo limitador. Isso, de certa forma, sempre provocou um posicionamento destinado a resolver as demandas de convivência e de sobrevivência por parte do grupo social dominante. O posicionamento tomado geralmente está relacionado com o modo de percepção do mundo de cada sociedade; o contexto histórico, cultural, político e social é fator determinante do tipo de ações que são dispensadas aos seus integrantes. Em relação às pessoas portadoras de atributos considerados desfavoráveis, estas ações, muitas vezes cruéis, geralmente foram acompanhadas de consequências dramáticas e adversas para esses mais vulneráveis, e isso se estendeu ao longo dos muitos séculos da história. Segundo Silva (1987, p. 25) “a maioria dos povos primitivos indicava o extermínio como solução para o problema de crianças ou adultos com deficiências físicas ou mentais”.

A surdez é, de forma atualmente considerada errônea, uma das limitações inclusas nessa categoria, e nesse trabalho é só a ela que se fará alusão, por ser o atributo intrinsecamente vinculado ao objeto desse estudo, a língua de sinais.

É provável que um dos registros mais antigos relacionados à surdez se encontre nas páginas da bíblia. Conforme Silva (1987), no Levítico, livro de normas e leis, consta que Moisés recomenda respeito aos surdos. Isso demonstra que, nessa época, já existia uma demanda em relação ao tratamento para com as pessoas surdas e, a isso, já era dispensada uma atenção. A história é testemunha de como por muitos séculos, a surdez impôs a essas pessoas, julgamento depreciativo, cruel



e equivocado. Tudo isso, era devido à concepção negativa de suas consequências. Sendo o ouvir e o falar considerados condições indispensáveis para que o homem pudesse desenvolver o seu intelecto e expressar o pensamento, a falta desses atributos relegaria a pessoa a uma condição sub-humana. Conforme Sacks (2010), a fala e o ouvir era a forma de comunicação do homem e Deus “no princípio era o verbo”. Isso, somado à questão filosófica sobre “o que nos tornaria humanos” (LANE 1984 apud GESSER, 2009, p.26), cuja resposta, segundo Gesser (2009, p.26), “de Aristóteles a Descartes, era consensual: falar uma língua”. Ainda “no século XVI, a noção de que a compreensão das idéias não dependia de ouvir palavras era revolucionária” (SACKS, 2010, p.26). Assim, foi construída para as pessoas surdas uma história de dissabores, segregação e privação de direitos por longos séculos.

Concomitante e de forma indivisível, a condição de surdo coexiste com a língua de sinais, pois esta é reconhecidamente a língua natural das pessoas surdas. E, por isso, é por meio dela que a comunicação entre as pessoas surdas se efetiva de forma fluida e plena, tendo registros muito antigos dando conta da sua existência, a exemplo do comentário de Sócrates no Crátilo de Platão

Se não tivéssemos voz nem língua e ainda assim quiséssemos expressar coisas uns com os outros, não deveríamos, como aqueles que ora são mudos, esforçar-nos para transmitir o que desejassemos dizer com as mãos a cabeça e outras partes do corpo? (SACKS, 2010, p. 25).

São muitas as referências sobre a existência natural da língua de sinais para as pessoas surdas. Sacks (2010. p.31), aponta que “os surdos criam língua de sinais onde quer que haja comunidades de surdos; para eles, esse é o modo de comunicação mais fácil e natural”. A primeira e mais singela interação com o mundo pode ser observada na seguinte assertiva “A língua dos surdos é transmitida cada vez que uma mãe surda segura o seu bebê em seu peito e sinaliza para ele” (LANE 1984 apud GESSER, 2009, p.11).

E a natureza e naturalidade dessa Língua é apontada, quando se diz “Enquanto houver duas pessoas surdas sobre a face da terra e elas se encontrarem, serão usados sinais”(E J.SCHUYLER LONG, 1910 apud SACKS, 2010, p.5). Apesar de a língua de sinais ser a língua natural da pessoa surda, a recorrente e reconhecida dificuldade da sociedade em lidar e aceitar as diferenças existentes entre os seus integrantes, fez com que houvesse a tentativa de manter o padrão hegemônico de normalidade, o que em relação à surdez se traduziu na tentativa de

oralizar a pessoa surda, medida corretiva que objetiva ensinar o surdo a produzir a fala. Foi grande o infortúnio enfrentado pelos surdos por causa dessa prática equivocada, mas sempre que eram expostos à possibilidade da comunicação pela língua de sinais, eles apresentavam facilidade e desenvoltura na comunicação. (SACKS, 2010). Ainda que um número considerável de pesquisas já tenham demonstrado que a língua de sinais apresenta características próprias das línguas naturais, esta permanece numa condição de desvalorização e ainda é tratada como se fosse um agrupamento de pantomima e sinais icônicos (SKLIAR, 1998).

Segundo Sacks (2010), a primeira língua de sinais oficial surgiu na França por volta de 1775, quando o abade De l'Épée elaborou uma combinação das línguas de sinais nativas com a gramática francesa traduzida em sinais. Isso foi difundido pelo surdo Laurent Clerc, para os Estados Unidos, e resultou na ASL, língua de sinais americana, a qual tem em seu maior triunfo, a fundação do Gallaudet em 1864, a única universidade para surdos do mundo. Apesar das conquistas alcançadas até então, desde a década que antecedeu o ano 1880, emergiu um retrocesso, e em Milão, durante um congresso ocorrido nesse ano sobre a surdez, ficou definida a proibição do uso da língua de sinais. No entanto, o congresso não foi um marco no início do oralismo, foi na verdade sua legitimação oficial, pois a decisão já era aceita em diversas partes do mundo (SKLIAR, 1998). Em decorrência disso, a partir de então, o oralismo imperou nas instituições e escolas, mas como não poderia ser diferente, a língua de sinais, pela sua inerência na vida das pessoas surdas, continuava clandestinamente a ser usada nos bastidores sociais.

Uma grande mudança tem início no ano de 1960, quando William Stokoe faz o primeiro estudo linguístico da língua de sinais, evidenciando a estrutura que demonstra que a língua de sinais é uma língua verdadeira. Mas esse estudo não foi acolhido pela comunidade e o uso exclusivo da oralidade se mantém até o início da década de 1970, ocasião na qual entra em reversão; e a língua de sinais volta a despontar, por meio de Klima e Bellugi que retomam o estudo dessa língua. (SACKS, 2010).

O percurso desse caminho culmina com a necessidade de promover a visibilidade da Língua de sinais, pois segundo Gesser (2009, p. 9) “tornar visível a língua, desvia a concepção da surdez como deficiência – vinculada às lacunas na cognição e no pensamento – para uma concepção da surdez como diferença linguística e cultural”.

Essa perspectiva é a mesma de Sacks, para quem

a língua de sinais, com lentidão e enfrentando grande resistência, era legitimada cientificamente....crescia o senso, especificamente, de que os surdos eram um “povo”.....um movimento que abandonava o ponto de vista médico ou patológico em favor do antropológico, sociológico ou étnico. (SACKS 2010. p. 125).

E assim, a história chega aos dias atuais apontando grandes avanços, mas mostrando que ainda há um longo caminhar até que a Libras seja efetivamente uma língua de alcance satisfatório às necessidades dos seus usuários. Para que isso seja possível, a sociedade precisa desenhar a estrutura de um modelo de relacionamento capaz de envolver todos que nela estejam inseridos, cuja âncora seja a perspectiva de inclusão.

## **2.2 O paradigma da inclusão social**

A sociedade ao longo do seu curso histórico apresentou várias formas de relacionamento com as pessoas que apresentavam algum atributo que os diferenciava dos demais integrantes do padrão predominante. Essas formas de se relacionar, por estarem vinculadas de forma intrínseca a questões culturais e políticas, sendo assim, consequentemente sociais, sempre foram extensivas ao âmbito das atividades laborais, pois estas são efetivamente o elo entre o indivíduo e o exercício de sua cidadania.

Em relação a esses modos do convívio em sociedade, de acordo com Sassaki (2010) primeiro se viu a prática da exclusão que se dava em decorrência de uma atitude protecionista, como também pelo desconhecimento das possíveis habilidades de potencial produtivo que as pessoas com deficiência poderiam desenvolver. É possível que nessa atitude protecionista mencionada existisse de forma velada, em algumas famílias, a tentativa de esconder um indivíduo e, assim, protegê-lo dos olhares curiosos, como também se protegerem desse momento de constrangimento. Era bem comum que pessoas da vizinhança demorassem a tomar conhecimento de existência dessas pessoas na comunidade.

Em seguida, houve a segregação assistida que ocorria dentro de instituições filantrópicas e nas próprias residências, onde tais pessoas passaram a exercer atividades laborais, mas eram mal remuneradas, sendo vítimas de certo tipo de

exploração. Nessa modalidade, sem vínculo empregatício, os indícios eram de que serviam também como elemento facilitador de lucro para as empresas e pequenos empreendedores que contavam com o auxílio dessa mão de obra de baixo custo.

Mais adiante, na prática da integração, houve uma tentativa de inserir as pessoas com deficiência nos sistemas gerais, em um mesmo ambiente social, cabendo a cada uma adequar suas capacidades àquele espaço preparado para a sociedade padrão. Esse modelo, apesar da perspectiva de aceitação da pessoa dentro das unidades de trabalho, buscava mantê-la em atividade de pouca visibilidade, ou em setores exclusivos, atribuindo ainda às mesmas o ônus da adaptação.

Há algumas décadas, emergiu um novo modelo, o qual vislumbra uma prática social capaz de estabelecer relações de igualdade, entre todos os indivíduos da sociedade. De acordo com Sassaki (2010), é nessa perspectiva que o paradigma da inclusão social eclode e avança por uma via de mão dupla, na qual a sociedade padrão e os “supostos” diferentes são convocados a modificar o sistema social, para que todos possam participar ativamente dessa sociedade, agora inclusiva, onde assumem o seu papel, uma só categoria, a de cidadãos. Dessa forma, deixam para trás elementos dissociativos e excludentes, dando lugar à construção de um caminho acessível e sem margens que tenha lugar para que todos possam caminhar lado a lado e na mesma direção, apesar das diferenças.

### **2.3 Acessibilidade, preconceitos, estereótipos e estigmas**

O advento do paradigma da inclusão, somado ao entendimento de que a diversidade humana deve ser acolhida e valorizada em todos os setores sociais, faz com que o conceito de acessibilidade transponha as barreiras arquitetônicas e alcance dimensões sociais, dentre elas a acessibilidade comunicacional, a qual inclui a língua de sinais como elemento de comunicação interpessoal, e a acessibilidade atitudinal, que objetiva neutralizar os preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminação, incluindo a conscientização para estabelecer uma melhor convivência humana nos locais de trabalho (SASSAKI, 2010).

No entanto, das barreiras que o conceito de acessibilidade precisa transpor, possivelmente a arquitetônica seja uma das mais simples, pois é na dimensão social que esse conceito certamente deve encontrar os maiores obstáculos. A

acessibilidade pode esbarrar no estigma que é uma discrepância negativa entre a “identidade social real”, vinculada aos atributos que o indivíduo efetivamente possui, e a “identidade social virtual”, aquela construída por critérios socialmente estabelecidos e que deveriam ser correspondidos, segundo as expectativas normativas padrão para que, assim, o indivíduo seja o que supostamente deveria ser. E após ser detectado um estigma, o indivíduo que o possui geralmente é colocado numa posição de descrédito, sendo imediatamente reclassificado para outra categoria, diferente daquela, para a qual é exigido o cumprimento de requisitos determinados pelo estereótipo de normalização (GOFFMAN 1998).

Considerando o que está posto em Crochik (1996), o estereótipo é concretado porque o preconceito impede o que resultaria de uma possível experiência, pois esta, além de não ser necessária para a construção do preconceito, antecipadamente tem o poder de deformá-la, uma vez que é um processo de reprodução automática de um produto resultante de defesa psíquica, vinculada a elementos da cultura.

Em decorrência disso, mesmo quando comprovadamente a pessoa está em condições suficientes de desenvolver a contento uma atividade laboral, o estigma e, conseqüentemente, o preconceito, sobrecarregam a rotina desse indivíduo no ambiente de trabalho, pois além de desempenhar suas atribuições específicas precisa ainda lidar com o fato de ser responsabilizado, tanto pelos atributos negativos que lhes são impostos e obrigados a carregar, como pela resposta recorrente à expectativa criada pelo outro em relação ao seu desempenho.

No processo de inclusão social, muitas conquistas são asseguradas por meio de leis. Essa legislação, apesar de tão necessária à garantia dos direitos, pode promover, segundo Sassaki (2010), tensão nas relações sociais, pois a pressão exercida pela lei para obrigar as contratações pode gerar uma antipatia por parte dos empregadores em relação aos beneficiários. Esses conflitos podem ser justificados pelo argumento de Goffman (1998), como sendo decorrentes do encontro face a face entre estigmatizados e normais, em um mesmo contexto social, pois essas ocasiões tendem a potencializar o preconceito, os estereótipos e os estigmas que permeiam essas relações.

No caso do usuário da Libras, tal estigma é potencializado, pois

ser deficiente na linguagem, para um ser humano, é uma das calamidades mais terríveis, porque é apenas por meio da língua que entramos

plenamente em nosso estado e cultura humanos, que nos comunicamos livremente com nossos semelhantes, adquirimos e compartilhamos informações (SACKS, 2010, p.19).

E, com o que foi evidenciado até agora nesse trabalho, é fácil observar que no caso da pessoa surda, da mesma forma que em todos os demais espaços sociais pelos quais transita, a importância da acessibilidade linguística pode ser ainda maior no ambiente do trabalho, e que o processo para que se efetive é responsabilidade de todos que dele participam. Só com essa efetivação é possível haver o que se denomina inclusão.

## **2.4 Mundo do trabalho, essencial no processo inclusivo**

Sobre a vida coletiva, das diversas esferas do sistema social nas quais acontece, o ambiente do trabalho é um espaço que merece destaque, pois é nele que o indivíduo concretiza o sentimento de pertencimento efetivo no seio da sociedade. Isso, é devido ao fato de o trabalho ser o meio pelo qual o homem garante sua independência e sobrevivência, sendo assim o elo entre ele e sua participação na sociedade, indispensável inclusive, enquanto garantia de sua cidadania.

Se para as pessoas plenamente aptas ao ingresso no mercado de trabalho, de acordo com o padrão dominante, a competitividade e dinâmica promovem dificuldades, tanto no acesso quanto na manutenção do emprego, para as pessoas portadoras de algum tipo de diferença isso será sentido de forma muito mais contundente. De acordo com dados constantes da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego de 2017 (PDET, 2017), pode-se observar que, 441,3 mil empregos de PDC (pessoas com deficiência), isso significa 1% do total de vínculos empregatícios, desses, 83.196 são de deficientes auditivos. Levando em consideração que o censo do IBGE, no ano de 2010, apontou que 45.606.048 de brasileiros são portadores de algum tipo de deficiência, e que isso representa 23,9% da população total, fica evidenciada a baixa participação dessa categoria no mercado de trabalho formal (CARTILHA..., 2012).

A ocasião de acesso ao mundo do trabalho exige das pessoas com alguma desvantagem que utilizem meios que favoreçam e facilitem sua interação no ambiente laboral, pois só assim será possível protagonizar as ações de sua

independência e autonomia. No caso da pessoa surda, o uso da língua de sinais é condição indispensável para uma interação satisfatória, pois segundo Gesser (2009 p.23),” tal como os falantes de línguas orais, os falantes de língua de sinais podem discutir filosofia, política, literatura, assuntos cotidianos, etc.”. Diante disso, fica evidenciado que a língua de sinais possibilita a aproximação entre ouvintes e surdos, devendo ser priorizada como meio de comunicação da pessoa surda nos diversos ambientes de convívio coletivo.

Mas mesmo assim, segundo Souza (2007 apud GESSER 2009, p.79),

[...] não é a língua, ou a existência curricular de “uma disciplina” chamada LIBRAS, que faz um grupo se integrar a uma suposta maioria, mas medidas políticas, tais como: melhor distribuição de renda; valorização da carreira do professor e salários dignos; escolas preparadas para assumirem uma política linguística de educação bilingue; condições de acessibilidade e de respeito às diferenças sociolinguísticas que marcam nosso país; a oportunização de condições para que esses brasileiros, que não tem como língua materna o português (caso dos surdos), possam exercer sua cidadania ao serem considerados, politicamente, brasileiros também em LIBRAS[ ...]

Frente a isso, para a pessoa surda a importância da Libras vai além da objetividade do seu emprego; a comunicação compreende toda subjetividade que envolve o processo interativo, aquele necessário para a aquisição de bens materiais, culturais e sociais. Só dessa forma pode-se compartilhar um ambiente efetivamente inclusivo.

O avanço no processo de inclusão social fomenta pesquisas, cujos resultados não esgotam as demandas, enquanto atendem alguns questionamentos e ao mesmo tempo identificam outros. E assim, segundo o entendimento de Klein (1998, p.91) “os discursos resultantes desse olhar investigativo será apenas mais um entre tantos discursos, porém tentando ver outros lugares, ensaiando outras possibilidades de se pensar sobre esses sujeitos surdos inseridos no campo do trabalho”.

Além disso, o estigma que o indivíduo surdo carrega em si, já pode ser considerado um importante objeto de estudo permeado por complexas relações, pois conforme aponta Goffman (1998, p.7), o estigmatizado “possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus”. É relevante lançar um olhar sobre um ambiente acadêmico no qual um estigma é compartilhado entre os pares.

Nesse contexto, a UFRPE se apresenta como um espaço de possibilidades para demonstração de como ocorre esse encontro e quais suas consequências diante da perspectiva de inclusão das professoras surdas no ambiente dessa academia. Esse ambiente favorece observar o que Goffman (1998, p.14) aponta como "contatos mistos" - os momentos em que os estigmatizados e os normais estão na mesma "situação social".



### 3 LOCAL DA PESQUISA, SUJEITOS ENVOLVIDO E METODOLOGIA APLICADA

A pesquisa teve como palco o Campus Sede da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), localizado na Rua Dom Manoel de Medeiros, no bairro de Dois Irmãos, município do Recife, Estado de Pernambuco, pois é nesse campus que as professoras surdas exercem suas atividades laborais.

A escolha pela pesquisa qualitativa, com estudo de caso, foi devida à peculiaridade do foco do estudo, pois objetivou “explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos” (GIL, 2008, p.58). A observação do fenômeno se deu em seu ambiente natural, ou seja, a comunicação das professoras surdas nas atividades laborais no Campus Sede da UFRPE. Sob a mesma perspectiva, o método é uma estratégia para quando a pergunta da investigação for “como” ou “por que”, e também se justifica por permitir a preservação das características das partes e suas inter-relações, e ainda acatar diversos meios de coleta dos dados (YIN, 2001). De acordo com Minayo (2002, p. 22), “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. Foi preciso saber como se dava essa comunicação e, para isso, houve a necessidade de diversificar os meios de obtenção dos dados. Foram utilizados como instrumentos para coleta de dados: os questionários, pela capacidade de alcançar um grande número de pessoas, pela garantia do anonimato das respostas, não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal dos entrevistados (GIL, 2008, p.122), e entrevista, esta pela flexibilidade que torna possível a adequação dos questionamentos a cada grupo ou pessoa a ser entrevistada e, também, por permitir ao entrevistador a “garantia de estar sendo compreendido” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 198). A captação dos dados foi realizada tendo como fontes as três professoras surdas da UFRPE, os mais de cem alunos da disciplina Libras, os professores ouvintes do Departamento de Letras, funcionários, com os quais essas professoras precisam se relacionar de forma direta, e ainda um tradutor e intérprete de Libras da UFRPE. Só assim, seria possível a produção de um resultado mais efetivo e real.

Os questionamentos objetivaram percorrer um caminho que delineasse o universo do uso da Libras e sua importância no ambiente da UFRPE e, nesse contexto, observar a atuação da instituição.

Em relação aos alunos, os questionários foram aplicados no início e no final do semestre. No início, para captar a pretensão e expectativa deles antes da experiência mais efetiva com a Libras. No final do semestre, para observar o que a vivência experimentada provocou em suas expectativas iniciais e o que mudou depois disso.

Era preciso saber o que motivou os alunos a cursar essa disciplina: suas expectativas em relação ao aprendizado; a percepção em relação à interatividade com as professoras surdas; as habilidades das mesmas enquanto docentes. Também era necessário averiguar a atenção e apoio da universidade com as peculiaridades dessa disciplina, como o fato de ser ministrada por professoras surdas e, em decorrência disso, haver demandas e ações voltadas especificamente para essa questão. Quanto a isso, foi importante indagar sobre a assessoria do profissional tradutor intérprete de Libras e, se além disso, existem outras ações, e se são eficientes e suficientes para as demandas da comunicação pela Libras. Outro ponto importante foi observar se houve motivação que promovesse o interesse pela continuidade do estudo dessa língua. Em suma, apontar sinais sobre a efetividade das ações da UFRPE, em relação à disciplina Libras e, conseqüentemente, sobre o êxito da atuação das professoras surdas como resultado disso.

Os funcionários escolhidos para fazer parte da pesquisa foram os que exercem suas atividades nas portarias dos prédios, em cujas salas são ministradas as aulas de Libras e, por isso, obrigatoriamente mantêm contato direto com as professoras surdas. Os questionamentos direcionados a eles, objetivaram identificar: se existem mecanismos facilitadores da comunicação; se há uma interação satisfatória com essas professoras; se esses funcionários têm interesse em aprender Libras.

Os professores ouvintes do Departamento de Letras foram outros alvos de questionários, pois era de suma importância para a pesquisa desvelar a efetividade do relacionamento, comunicação e interação entre as professoras surdas e seus companheiros de trabalho e a participação delas nas atividades da rotina laboral. Foi investigado sobre a atuação dessas professoras nas atividades inerentes aos docentes, como: se essas professoras têm as mesmas oportunidades de figurar participando ativamente da rotina do departamento, seja em reuniões ou outras demandas inerentes à função; se elas contam com o apoio necessário para a comunicação satisfatória no dia a dia de trabalho; se são acompanhadas pelo

tradutor intérprete quando necessário; se existe interesse dos professores ouvintes em aprender Libras.

A captação dos dados junto às professoras surdas e ao tradutor intérprete de Libras foi feita por meio de entrevista. A escolha se deu, primeiro, por ser um número pequeno de entrevistados, o que viabilizou a efetivação dessa ferramenta de coleta; segundo, por motivo de serem esses profissionais os que mais utilizam a Libras e, assim, era possível esclarecer detalhes importantes, tanto das perguntas, como das respostas.

Outro fator bastante relevante foi o fato de as professoras serem surdas e terem a Libras como língua natural. Por isso, foi imprescindível a presença do tradutor intérprete, profissional que fez a intermediação do diálogo possibilitando a captação das informações de forma mais pormenorizada.

De suma importância foi a coleta de informações junto à figura do tradutor intérprete, pois é esse profissional o elo comunicacional entre as professoras surdas e os ouvintes dos demais ambientes da UFRPE, sendo o uso da Libras sua ferramenta de trabalho.

Tais entrevistas buscaram apontar, mais especificamente, os pontos relativos à comunicação pela Libras na atividade laboral, em todos os ambientes por onde circulam na UFRPE. Pois são eles, professoras surdas e tradutor intérprete, os principais usuários dessa língua no ambiente da universidade.

Vale ressaltar algumas particularidades vinculadas ao fato de, nas entrevistas, haver a necessidade da presença do tradutor intérprete de Libras, pois mesmo sem a existência de uma intenção prévia, tal ponto interferiu diretamente no andamento do trabalho e, em decorrência disso, na percepção do resultado da pesquisa.

A necessidade de utilizar o serviço desse profissional, desvelou o caminho a ser percorrido, desde a solicitação de agendamento até a efetivação do suporte. Diante dessa necessidade, foi preciso entrar em contato com a UFRPE, para se tomar ciência do mecanismo de solicitação desse profissional. Na ocasião, ao entrar em contato por telefone com o NACES (Núcleo de Acessibilidade), informaram que deveria ser encaminhado um email fazendo tal solicitação. Ao tomar essa providência, a resposta obtida foi de que não havia tradutor intérprete algum disponível no momento, no entanto, dali a alguns dias estaria no Campus Sede um profissional de outra unidade, o qual poderia prestar tal assistência. Sabendo disso, entrou-se em contato com as professoras para agendar uma data favorável para

todos, porém, uma das professoras entraria em seu período de férias, antes da data prevista para a presença do tradutor intérprete no Campus. Para não postergar em muito tempo o trabalho, conseguiu-se dois voluntários que estariam em um evento na própria UFRPE junto com as duas professoras. E assim, com a colaboração desses voluntários, as entrevistas foram realizadas.

Entretanto, havia ainda uma terceira professora surda a ser entrevistada, a qual na ocasião da aplicação dos questionários aos alunos, também ministrava aula de Libras na UFRPE, mas que tinha apenas um contrato temporário. Em decorrência disso, no período de realização das entrevistas o contrato havia expirado, e ela já figurava como ex-professora da UFRPE. Apesar disso, foi importante efetivar a entrevista, uma vez que ela participou dessa unidade acadêmica e também já estava inserida nos dados da pesquisa, pois seus alunos haviam sido alvos da aplicação dos questionários. Assim, a entrevista com essa professora foi agendada junto ao Naces (Núcleo de Acessibilidade), e foi possível contar com o acompanhamento do profissional tradutor intérprete do quadro dessa universidade.

O fato de ter havido auxílio de voluntários em parte das entrevistas com as professoras surdas e contado com os serviços do profissional tradutor intérprete, foi muito importante, pois gerou a oportunidade de observar a diferença existente entre um profissional plenamente habilitado a exercer a função e voluntários tradutores, os quais, apesar do grande empenho, não estavam no mesmo nível de qualificação. Em decorrência disso, as respostas subsidiadas pelo tradutor intérprete habilitado, tem uma amplitude e profundidade diferenciada. Essa diferença será melhor compreendida no relato de experiência desse profissional.

Da utilização e vinculação desses elementos expostos emergiu uma radiografia permeada por respostas, cujo objetivo principal é apresentar de que forma a UFRPE integra as docentes surdas nessa unidade acadêmica. É o que vai ser visto a seguir, com a apresentação dos resultados.

## 4 A LIBRAS PROMOVE A INCLUSÃO DAS DOCENTES SURDAS NO AMBIENTE ACADÊMICO DA UFRPE?

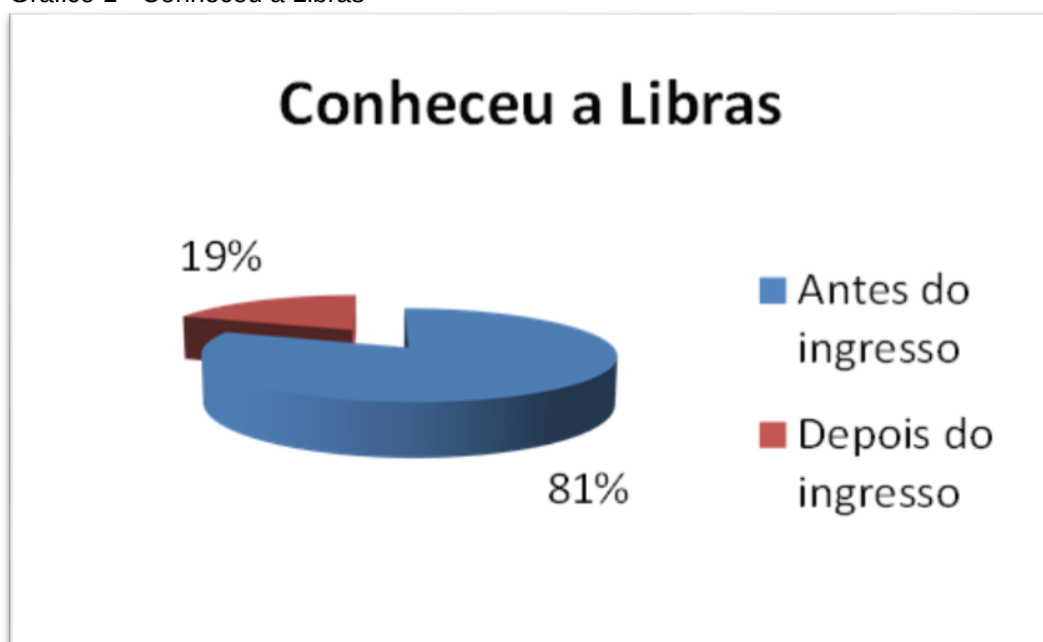
Este capítulo se destina a apresentar o resultado obtido para a pergunta foco da investigação. Objetiva mostrar os dados do que foi coletado das respostas dos questionários e, também, as informações captadas nas entrevistas. A exposição em gráficos promove a visualização imediata dos dados dos questionários, delineando o resultado de forma mais objetiva.

### 4.1 A experiência e percepção dos alunos frente à comunicação pela Libras na UFRPE

Nesse tópico, serão analisados os dados obtidos com os questionários relativos à comunicação entre as professoras surdas, seus alunos e a figura do tradutor e intérprete de Libras.

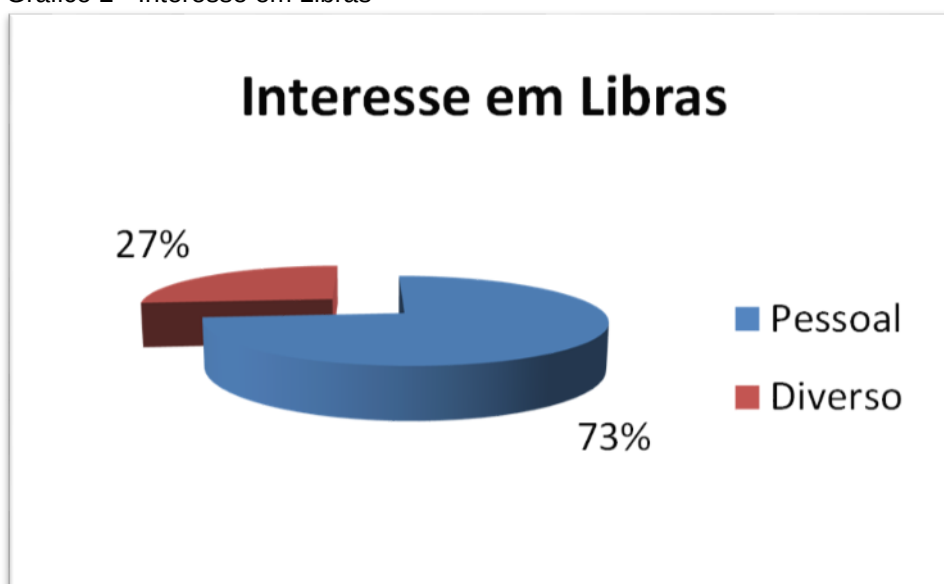
Foi observado que a maioria dos alunos tomou conhecimento sobre a Libras antes de ingressar na UFRPE (Gráfico 1), e que estavam cursando a disciplina motivados por interesse pessoal (Gráfico 2).

Gráfico 1 - Conheceu a Libras



Fonte: Elaborado pela autora.

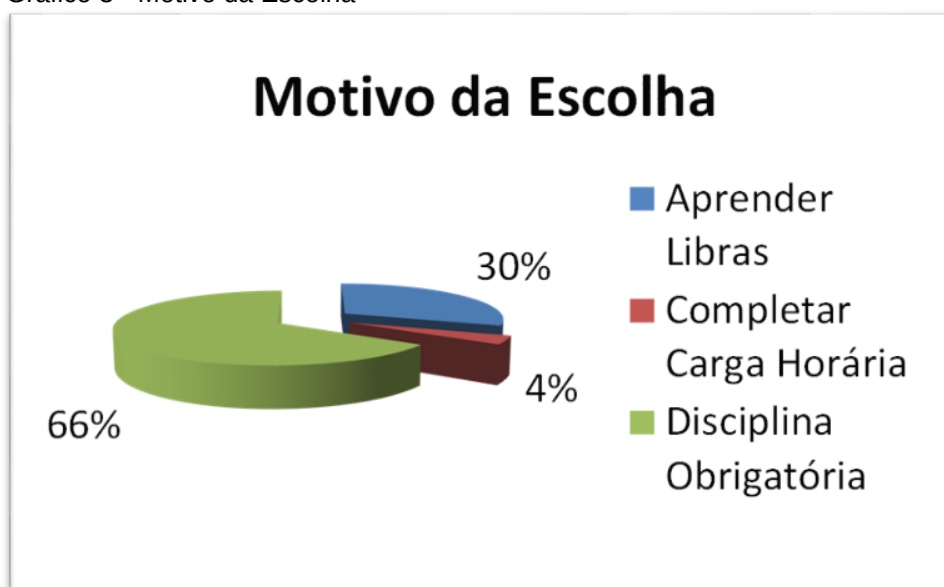
Gráfico 2 - Interesse em Libras



Fonte: Elaborado pela autora

Apesar de terem apontado interesse pessoal pela disciplina, as respostas apontaram que o motivo da escolha pelo maior número de alunos, foi o fato de ser disciplina obrigatória no seu curso, conforme gráfico 3.

Gráfico 3 - Motivo da Escolha

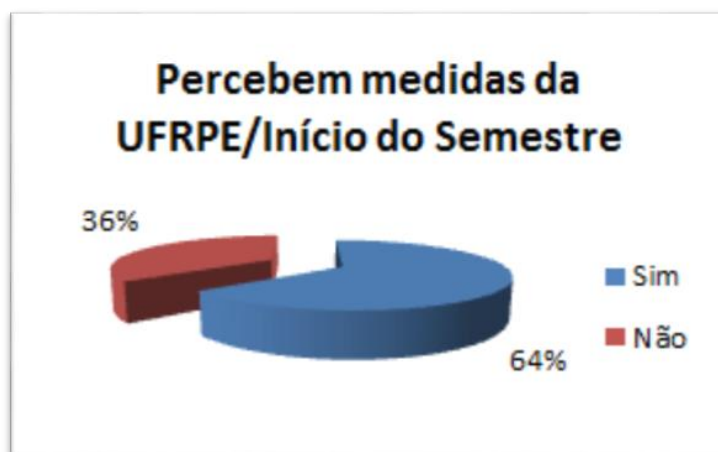


Fonte: Elaborado pela autora

Outro ponto da pesquisa foi questionar se a UFRPE promove medidas suficientes para o bom desempenho do professor de Libras em sala de aula. Em relação a isso, conforme o gráfico 4 nas respostas colhidas no início do semestre,

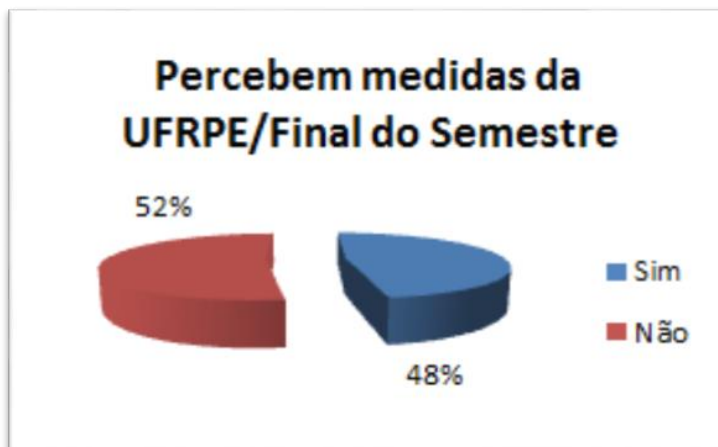
64% dos alunos responderam que sim. No final do semestre, parte dos alunos que opinaram que a UFRPE promove tais medidas e ações haviam mudado de opinião, e o número dos que concordavam com isso caiu para 48% (Gráfico 5). Mesmo assim, é alta a aprovação dos alunos em relação à percepção positiva das medidas adotadas pela universidade. Vale ressaltar, que não houve especificação quanto a essas medidas.

Gráfico 4 - Percebem medidas da UFRPE no início do semestre



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 5 – Percebem medidas da UFRPE no final do Semestre



Fonte: Elaborado pela autora

Ainda quanto a medidas empregadas e, conseqüentemente, ao apoio prestado pela UFRPE, foi questionado sobre a necessidade da presença da figura do tradutor e intérprete de Libras em sala de aula.

Foi bastante expressiva a quantidade de alunos que entende como necessária a presença constante desse profissional no momento das aulas. Essa também é a opinião do tradutor intérprete, para quem essa necessidade está

fortemente vinculada ao ensino da parte teórica da língua, pois segundo ele “as línguas possuem gramáticas diferentes e algum vocábulo inexistente em português. A tradução exige adaptações, empréstimo linguístico, estratégias tradutórias para passar a informação” (informação verbal).

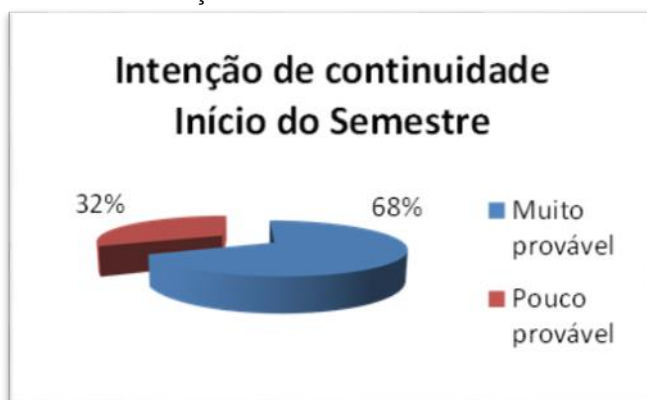
Já as professoras surdas, apesar de não terem a mesma opinião em relação à presença efetiva durante as aulas, apontam ser imprescindível a presença do profissional tradutor intérprete em outros momentos de suas atividades, pois sem o auxílio desse profissional ficam impossibilitadas de participar de reuniões pedagógicas, reuniões extraordinárias e outros eventos vinculados à atividade letiva. Alegam que o tempo necessário para conseguir o acompanhamento do tradutor intérprete, costuma ser superior ao decurso de tempo da ocorrência dos eventos. Para suprir essa demanda, poderiam ser auxiliadas por monitores, mas como tal figura não é disponibilizada pela falta de bolsa de monitoria para Libras, geralmente contam com o auxílio de alunos voluntários. Tal acompanhamento pode prejudicar a participação dessas professoras, pois sem a qualificação adequada ao nível intelectual da necessidade, a tradução pode ficar aquém e tornar a participação das professoras em um nível inferior à comunicação entre os professores ouvintes.

Em relação a isso, é importante frisar que a escolaridade exigida pela UFRPE para o concurso de Tradutor Intérprete de Libras é de nível médio, isso por si já indica um prejuízo para a qualidade do acompanhamento, bastando apenas observar as necessidades de comunicação em nível de academia. Conforme fala do profissional de tradução e interpretação “como é que um intérprete de nível médio, vai mediar a comunicação entre o aluno que é graduando de nível superior e o professor que é mestre ou doutor. Como terá maturidade cognitiva para processar a informação?” (informação verbal).

Houve ainda na pesquisa o objetivo de identificar se existiu motivação, no sentido de dar continuidade ao estudo da Libras e, dessa forma, ampliar as perspectivas de crescimento dos falantes dessa língua na UFRPE. Para isso, no início do semestre foi questionada a intenção de continuidade do estudo da libras, ocasião na qual foi apontado um grande número de intencionados nessa continuidade. Tal questionamento foi repetido no final do semestre e, como pode ser visto nos gráficos 6 e 7, apesar de ter diminuído o número, a maioria dos alunos continua interessada na continuidade desse estudo:

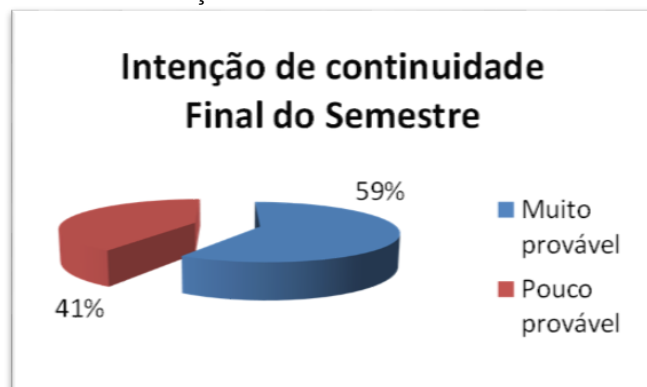


Gráfico 6 - Intenção de continuidade no início do semestre



Fonte: Elaborado pela autora

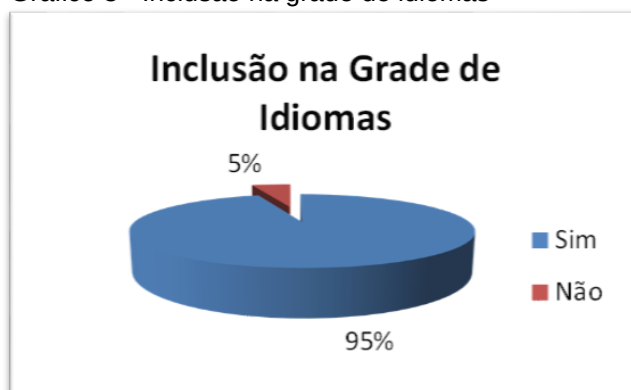
Gráfico 7 - Intenção de continuidade no final do semestre



Fonte: Elaborado pela autora

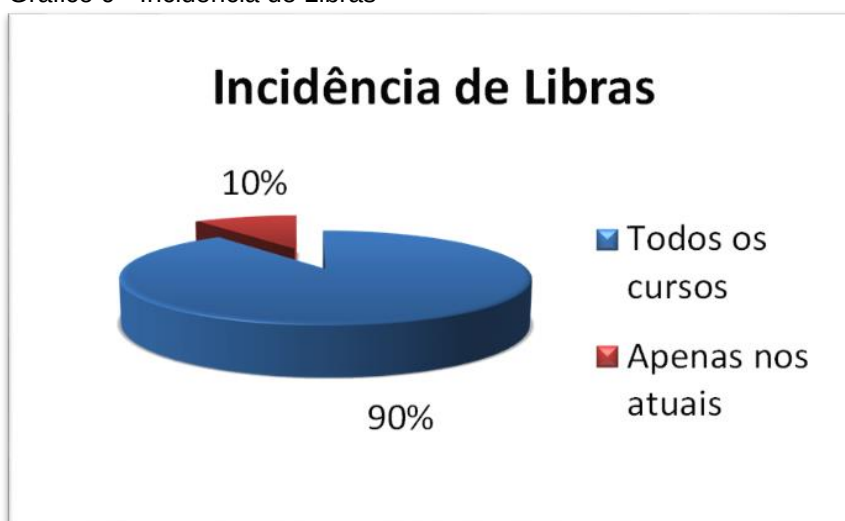
Quanto a medidas que favoreçam o crescimento de usuários da Libras dentro da universidade, aos alunos o questionamento foi sobre a inclusão da Libras na grade de idiomas (Gráfico 8), sendo como as demais línguas ofertada em vários níveis. Os alunos se mostraram bastante favoráveis a essa possibilidade e ainda opinaram sobre a oferta da Libras em outros cursos da UFRPE (Gráfico 9).

Gráfico 8 - Inclusão na grade de idiomas



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 9 - Incidência de Libras

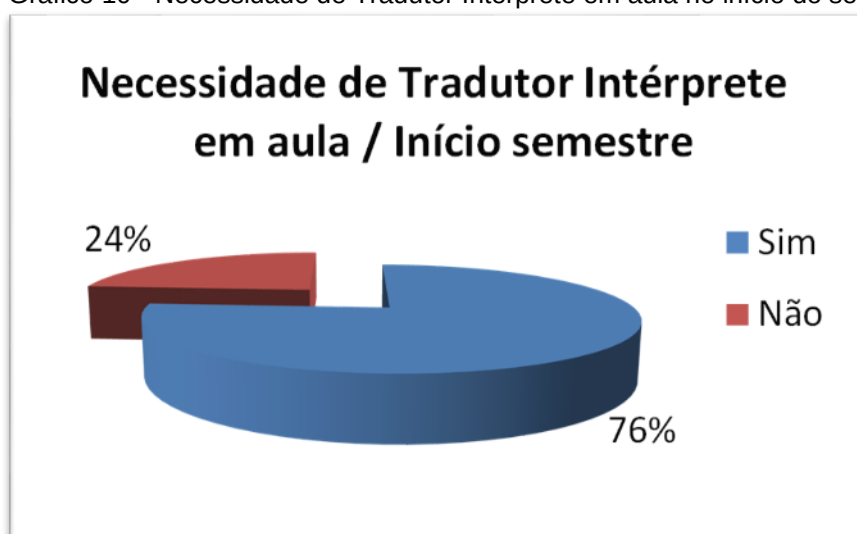


Fonte: Elaborado pela autora

Em relação ainda ao favorecimento do crescimento dos falantes da Libras na universidade, foi questionado aos funcionários que mantém contato direto com as professoras surdas se, caso eles tivessem oportunidade, gostariam de aprender Libras. A resposta de todos foi afirmativa.

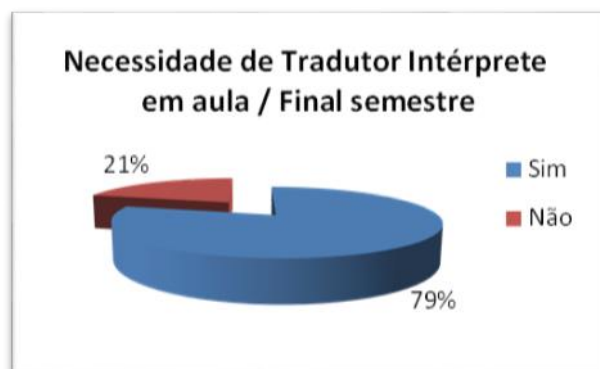
No início e no final do semestre, os alunos responderam de forma positiva ao questionamento sobre se a UFRPE promove medidas suficientes para o bom desempenho das professoras de Libras em sala de aula. Apesar disso, apontam haver uma necessidade efetiva do acompanhamento de um tradutor intérprete durante as aulas, conforme pode ser visto nos gráficos 10 e 11.

Gráfico 10 - Necessidade de Tradutor Intérprete em aula no início do semestre



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 11 - Necessidade de Tradutor Intérprete em aula no final do semestre



Fonte: Elaborado pela autora

Para observar se a UFRPE promove medidas facilitadoras e necessárias durante a efetivação das aulas, quando questionados sobre o grau de dificuldade na comunicação durante as aulas, os alunos classificaram entre média e pequena dificuldade (Gráficos 12 e 13). Esse resultado é compatível com o entendimento das professoras que indicam como não essencial a presença constante da figura do tradutor intérprete no momento das aulas.

Gráfico 12 – Dificuldade de comunicação no início do semestre



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 13 – Dificuldade de comunicação no final do semestre



Fonte: Elaborado pela autora

## 4.2 Experiência e percepção de funcionários no tocante à comunicação com as professoras surdas na rotina laboral

Nesse tópico, encontram-se os dados coletados dos questionários aplicados aos funcionários que trabalham nos prédios onde as professoras ministram aulas. Naturalmente, todos têm contato direto com as professoras surdas, sendo assim, além de conhecerem a Libras, também têm necessidade de comunicação direta com usuários dessa língua.

Ao ser perguntado sobre o grau de dificuldade quando frente à necessidade de interação com as professoras surdas, a resposta foi diversificada como pode ser conferido no gráfico 14. Apesar de a maioria apontar grande dificuldade, dos que optaram por outra resposta, metade respondeu que enfrenta média dificuldade e a outra metade pequena dificuldade.

Em relação a saber se no decurso de tempo entre o primeiro contato com essas professoras, até a ocasião dessa pesquisa havia melhorado o nível de comunicação entre esses funcionários e as professoras surdas, a resposta teve equivalência, entre os que dizem que houve melhoria e os que a negam (Gráfico 15).

Gráfico 14 - Grau de dificuldade de Comunicação



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 15 - Melhora na Comunicação



Fonte: Elaborado pela autora

Perguntado sobre ter a percepção da promoção de medidas efetivadas pela UFRPE para a boa interação das professoras surdas com os demais integrantes da instituição, a maioria respondeu que não (Gráfico 16). Apesar disso, um número considerável respondeu positivamente.

Sobre o interesse em aprender Libras, caso tivesse oportunidade, todos afirmaram que gostariam de aprender essa língua (Gráfico 17).

Gráfico 16 - Medidas suficientes



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 17 - Gostaria de aprender Libras



Fonte: Elaborado pela autora

#### **4.3 Experiência e percepção dos professores ouvintes que atuam no mesmo departamento das professoras surdas**

Nesse tópico, está exposto o resultado dos dados relativos aos questionários respondidos pelos professores ouvintes do Departamento de Letras.

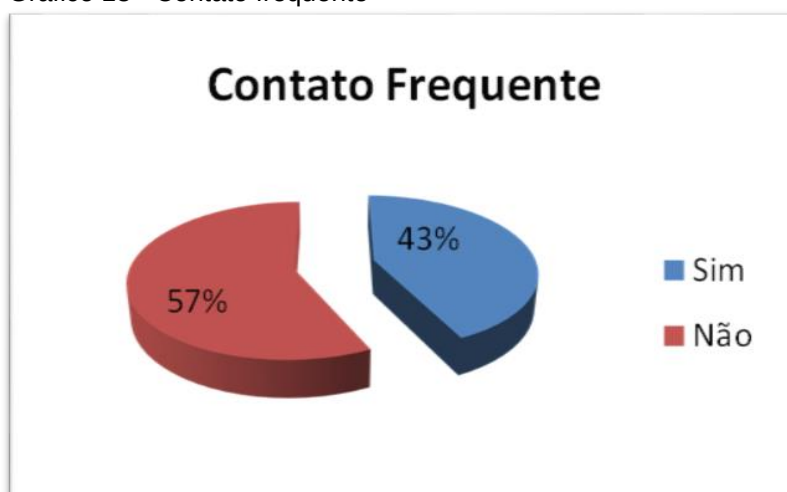
De grande relevância para a investigação foram os questionamentos a esses professores que fazem parte do mesmo departamento das professoras surdas, pois eles, conseqüentemente, seriam os que teriam contato direto com elas e, em

decorrência disso, poderiam apontar de forma mais efetiva se a UFRPE promove e emprega medidas facilitadoras da interação e participação das professoras surdas na rotina das atividades laborais, dentre as quais, os eventos acadêmicos daquele departamento.

É importante ressaltar que o departamento conta com vinte e sete (27) professores, dos quais quatro (4) se encontravam de licença na ocasião da pesquisa e duas são as professoras surdas, cujas informações foram coletadas por meio das entrevistas. Restando aptos a participar da pesquisa vinte e um (21) professores e desses, contou-se com a participação de quatorze para responder os questionários, representando, no caso, uma amostra de 66% do efetivo, podendo ser considerada uma boa representação para a obtenção do resultado.

Quase a totalidade desses professores fazem parte do quadro de docentes há mais de cinco anos e tem conhecimento que a Libras é a língua natural das pessoas surdas, assim como o português é a dos ouvintes. Apesar disso, mais da metade afirmou não ter contato frequente com as professoras surdas (Gráfico 18).

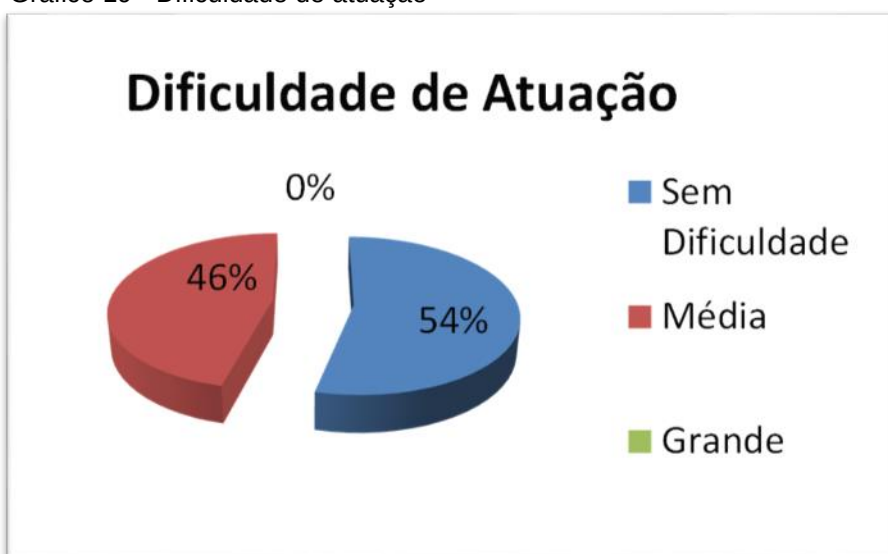
Gráfico 18 - Contato frequente



Fonte: Elaborado pela autora

Perguntados sobre a opinião quanto à dificuldade gerada pela surdez em relação a atuação nas atividades laborais, praticamente a metade dos professores ouvintes acredita que tal condição não gere dificuldade para a plena atuação nessas atividades. A opinião da outra metade é que a surdez gera certo grau de dificuldade para que as professoras surdas exerçam suas funções plenamente. Nenhum deles tem opinião que o fato de serem surdas gere grande dificuldade no exercício da função (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Dificuldade de atuação



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação à frequência e participação das professoras surdas nos eventos que ocorrem no Departamento de Letras e são direcionados aos professores, ficou evidenciado que, na ocorrência desses eventos, apenas algumas vezes essas professoras estão presentes (Gráfico 20).

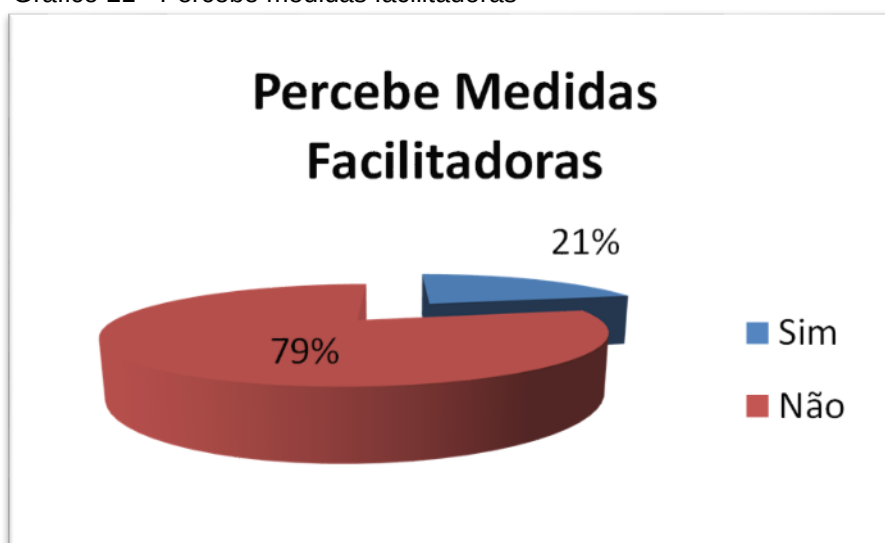
Sobre a necessidade de interagir com as professoras surdas durante esses eventos, o número de resposta positivas não surpreende, pois é natural a interação dos participantes entre si. Apesar disso, a maioria não percebe medidas que facilitem a comunicação (Gráfico 21).

Gráfico 20 - Interação em evento



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 21 - Percebe medidas facilitadoras



Fonte: Elaborado pela autora

Ao ser questionado sobre a melhoria na comunicação do primeiro contato até o momento da pesquisa, parte respondeu que houve uma melhoria na condição da comunicação, outra parte nega que isso tenha ocorrido (Gráfico 22). E foi maioria os que já presenciaram dificuldade de comunicação entre as professoras surdas e demais integrantes dessa unidade acadêmica (Gráfico 23).

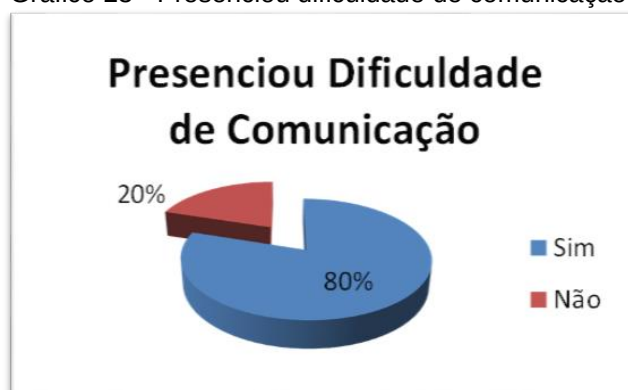
Gráfico 22 - Houve melhoria na comunicação



Fonte: Elaborado pela autora



Gráfico 23 - Presenciou dificuldade de comunicação



Fonte: Elaborado pela autora

Duas questões essenciais para a comunicação e ampliação do número de falantes da Libras, tiveram unanimidade nas respostas, conforme gráficos a seguir expostos. A primeira, relativa à necessidade da presença do tradutor e intérprete, durante a participação das professoras surdas nos eventos acadêmicos(Gráfico 24). E a segunda, relacionada à oportunidade de aprender a Libras (Gráfico 25).

Gráfico 24 - Necessidade de tradutor intérprete em eventos



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 25 - Gostaria de aprender Libras



Fonte: Elaborado pela autora

#### **4.4 O que disseram os que tem a Libras como identidade e meio de comunicação ou ferramenta de trabalho.**

Complementando o apurado da coleta de informações da pesquisa, as entrevistas trazem em seu corpo uma percepção mais esquadrihada sobre o universo experienciado por meio da comunicação pela Libras. Nas entrevistas estão a voz daqueles que no convívio diário têm na Libras sua principal ferramenta de comunicação e trabalho. E, por isso, são os agentes que, de uma forma mais direta, são os principais alvos a serem atingidos no sentido de usufruir ou sentir falta dos mecanismos necessários oferecidos pela UFRPE, para uma interação satisfatória na rotina laboral.

Pode-se dizer que as entrevistas vão além da complementaridade das informações, elas cumprem o papel de legitimar ou refutar a percepção de todos os que a expuseram nas respostas dos questionários. Mas, é sempre importante frisar que, dentro da pesquisa, nenhuma opinião é mais importante do que outra, pois cada uma traz em si a realidade da experiência de cada indivíduo. O que se pode mensurar é o grau de importância que a Libras tem na vida de cada um deles, e disso, o nível de profundidade dessa experiência.

Vamos ao que disseram as entrevistas, bem especificamente em relação à interação interpessoal e às necessidades inerentes aos que tem a Libras como elemento de grande importância no seu dia a dia de trabalho na UFRPE.

Como já exposto nesse trabalho, as entrevistas foram realizadas com as duas professoras surdas que ministram aulas de Libras, tendo estas sido auxiliadas na ocasião por dois voluntários como intérpretes. As perguntas foram respondidas de forma praticamente unificada, dada a similaridade da experiência e opinião das duas entrevistadas. Essas professoras foram admitidas por concurso na modalidade tradicional. Também foi entrevistada uma ex-professora, conforme já mencionado nesse trabalho, e esta foi acompanhada pelo profissional tradutor intérprete do quadro dessa universidade.

Para facilitar o encadeamento das respostas no texto, as professoras que ingressaram pela modalidade tradicional serão nominadas de professoras efetivas. A professora que ingressou pela modalidade de análise curricular e em caráter temporário, será nominada professora temporária. Não será nominada de ex-professora, para não dar a falsa impressão de falta de vínculo com a pesquisa.

Passemos a exposição objetiva do resultado das entrevistas, e a análise contextual das mesmas.

Perguntado sobre o momento e condições de ingresso na UFRPE, as professoras efetivas responderam que não tiveram dificuldade durante a prova de seleção, pois contaram, na ocasião, com o auxílio da professora que, apesar de ser ouvinte, conhecia a Libras. Vale esclarecer que todo professor(a) surdo conhece a Libras, mas isso não é regra para professores ouvintes. Uma experiência completamente adversa foi observada na resposta dada pela professora temporária, que descreve uma situação de ingresso bem diferente e com bastante dificuldade. Ela alega que, quando chegou à Universidade Rural não teve o auxílio de um intérprete, e que foi bem difícil fazer as coisas mais simples, como por exemplo, encontrar o prédio do setor administrativo. Diz ainda que houve um entrave na comunicação, pois “alguns termos acadêmicos em português são mais complexos para a pessoa surda”. Falou que essa dificuldade foi amenizada depois que conheceu uma professora ouvinte, que ministrava aulas de Libras e que isso facilitou na organização de demandas das atividades enquanto docente, dentre as quais: elaboração da grade horários e programação de ementa. Mencionou que esteve no Núcleo de Acessibilidade para falar sobre a necessidade da presença de um tradutor intérprete e foi informada que essa presença não seria permanente e que é bastante difícil “a questão da comunicação institucional”.

Nesse primeiro momento, já é possível sentir a essencialidade da figura do tradutor e intérprete, pois as respostas apresentadas demonstram que a diferença entre a dificuldade ou facilidade comunicacional está vinculada ao acompanhamento desse profissional.

Perguntado sobre a comunicação com os alunos em sala de aula, as professoras efetivas disseram que, passado o nervosismo do primeiro contato com a Libras, os alunos vão ficando mais tranquilos e percebem que é possível aprender; que é positivo que aprendam sem a presença do intérprete, e que o problema no aprendizado está mais relacionado à frequência nas aulas do que a outros fatores. A professora temporária, no entanto, diverge dessa opinião e diz que é um desafio muito grande em sala de aula, pois o fato de os alunos não conhecerem a Libras e não ter quem faça a tradução, gera grande dificuldade, uma vez que ela não se comunica em português. Apesar da dificuldade enfrentada no início, alega que, no final do período conseguiu desenvolver a comunicação.

Nessa questão, as divergências ocorrem apenas em parte, pois enquanto as professoras efetivas acreditam ser bom para os alunos aprenderem sem a presença do intérprete, a professora temporária descreve sobre dificuldades encontradas, em decorrência da ausência desse profissional, mas alega que, mesmo assim, conseguiu desenvolver a comunicação.

Na opinião do tradutor e intérprete, o que justifica sua presença constante em sala de aula é principalmente a necessidade de subsidiar o ensino da parte teórica da Libras, pois as línguas possuem gramáticas diferentes, e alguns vocábulos são inexistentes em português. Então, para suprir as dificuldades é preciso “adaptações, empréstimo linguístico, estratégias tradutórias para passar a informação de parte da comunicação dessas professoras para os seus alunos”.

Perguntado sobre em quais momentos o tradutor e intérprete de Libras é essencial, as professoras efetivas reforçam o que já mencionaram em outra resposta, que não entendem necessário o acompanhamento em sala de aula. Mas, apesar disso, apontam a essencialidade da presença desse profissional em outros momentos, como por exemplo para irem ao médico, assembleias e reuniões. A professora temporária ressalta a importância do acompanhamento em momentos formais, nos quais se faz necessário conhecer com clareza os detalhes da informação, como em apresentação de monografias, palestras e outros eventos similares.

Fica evidenciado que, apesar de não ser unanimidade a opinião das professoras sobre a necessidade da presença em sala de aula, em diversos momentos não é possível dispensar a presença do tradutor e intérprete.

Quanto a isso, o próprio profissional esclarece que a exigência do suporte dessa presença plenamente qualificada nos eventos, como os que foram mencionados pelas professoras, se deve ao fato de que é preciso corresponder à altura do nível intelectual dos interlocutores dos diálogos, caso contrário, corre-se o risco de deixar o usuário prejudicado. Que uma interpretação de vocabulário pobre em Libras, pode fazer um trabalho muito simplificado, quase infantilizado e que é bem diferente acompanhar um surdo em uma conversa informal do que fazê-lo em um Conselho Universitário ou congresso, pois é preciso conhecer o contexto para suprir a exigência.

Ao indagar sobre o procedimento para solicitação dos serviços de assessoria do tradutor e intérprete, as informações dadas pelas professoras demonstraram um

grau de dificuldade incompatível com as necessidades de alguns momentos. Tal dificuldade foi atribuída ao fato do porte da universidade, cuja demanda é demasiadamente grande para o quantitativo de intérpretes disponíveis. Em decorrência disso, só em demandas de extrema importância formal, como colação de grau e correlatos, é possível ter o acompanhamento do profissional em tempo hábil. No entanto, o decurso de tempo necessário para o processo de solicitação é tão longo, que as deixa de fora da participação de vários eventos, diretamente relacionados à inclusão no ambiente acadêmico, como “reuniões da ADUFERPE, seminários”. Em alguns caso é possível esperar, mas em outros não.

A resposta do tradutor e intérprete é que, a solicitação formal deve ser feita por meio do preenchimento de um formulário específico do NACES (Núcleo de Acessibilidade). Afirma que a prioridade de atendimento é para alunos surdos de graduação, pois pela demanda e pelo número escasso de profissionais, os professores surdos ficam um pouco descobertos dessa assessoria.

Na questão abordada, é bastante evidenciado o prejuízo provocado pela falta desse subsídio para exercer plenamente as funções de docente, tanto para o exercício dos deveres, como dos direitos que deveriam estar garantidos dentro da UFRPE.

Perguntado se em alguma ocasião relacionada ao trabalho, já se sentiu prejudicado profissionalmente pela falta de algum recurso de comunicação, as professoras efetivas destacaram a dificuldade pela falta do auxílio para a elaboração de documentos em português, enquanto a professora temporária pontuou que, ao procurar a coordenação por se sentir prejudicada pela existência de um corte na comunicação, foi alegado que a dificuldade se dava pelo fato do professor surdo ser uma questão nova para a universidade.

Mais uma vez, a evidência do prejuízo pela falta de medidas que garantam a plena participação. Pois, alegar que “na RURAL é uma experiência nova a questão do professor surdo” para justificar a falta de recursos necessários, é admitir que eles estão ausentes.

O ponto de vista do tradutor intérprete para essa questão é que é preciso um quantitativo maior de profissionais para suprir a demanda existente no dia a dia, pois o professor surdo precisa ter acesso frequente a informações institucionais.

Questionado sobre se no dia a dia dessa universidade é percebido ou não o interesse de professores, funcionários e demais alunos, de interagir com essas

professoras surdas, as professoras efetivas afirmam não perceber interesse por parte dos demais professores e funcionários. Nessa questão, há divergência de opinião, pois a professora temporária relata que se sentiu bastante acolhida e que havia uma receptividade por parte da comunidade. Não foi possível definir se o pouco tempo de convivência dessa professora no ambiente interferiu nessa percepção.

Em relação aos movimentos de mobilização, paralisação ou greve em busca de melhorias da universidade, de salário e condições de trabalho, foi perguntado se existe acesso às informações e facilitação para participação nesses eventos e o que poderia ser melhorado nesse sentido. As professoras efetivas responderam que “recebem informação sobre paralisação e assembleia, por meio dos alunos e professores dos cursos de Educação Física e Letras, cursos nos quais atuam”. A professora temporária disse que “os detalhes das informações chegavam através de grupos de redes sociais e também eram repassadas por uma professora ouvinte, que é intérprete de Libras”.

Nesse caso, como se trata de movimento de protesto à instituição, a falta de mecanismos de facilitação da informação poderia estar relacionado à natureza do evento, não sendo possível afirmar se há interesse ou não da UFRPE em promover facilitação na comunicação para a ocorrência do movimento.

Em relação a participação em reuniões, foi perguntado se as professoras se sentem contempladas com a atenção pertinente e necessária por parte dos outros participantes. As professoras efetivas dizem que são informadas pelo departamento sobre a reunião, mas nunca participam de reunião pedagógica ou extraordinária pela falta de intérprete. A professora temporária diz que nunca participava de reuniões e que tinha dificuldades de acesso às informações sobre reuniões periódicas e que não sabe se isso era devido ao fato de ter apenas um contrato temporário.

É muito evidente nas respostas a falta de incentivo para inclusão das professoras surdas na participação das atividades de rotina coletiva da docência. Não há qualquer indício de mecanismos que promovam ou facilitem a interação/inclusão dessas professoras no próprio departamento de atuação. Isso também pode ser observado nas colocações do tradutor e intérprete já exposta nesse trabalho.

Ao serem questionadas sobre convites para participar de alguma banca de apresentação de monografias, uma das professoras efetivas diz ter sido convidada

para três monografias de Educação Física, mas sem acompanhamento do profissional tradutor intérprete, mas que, na ocasião, contou com a ajuda de um aluno. Quanto a essa questão, a professora temporária diz que não teve oportunidade de participar na UFRPE, mas já participou em outras instituições.

Mais uma vez, as respostas não indicam a percepção de medidas que facilitem a inclusão e, assim, a participação efetiva da professoras surdas em eventos relacionados às atividades curriculares dessa universidade.

Dando sequência aos questionamentos, foi indagado se é comum alunos terem interesse em pesquisas relacionadas a Libras. As professoras efetivas apontaram que há pouco interesse, e que chegaram a formar um grupo de estudos, mas nunca conseguiram produzir um artigo sequer, pois falta um aprofundamento em português. Disseram também que faltam livros e material e, ainda, que se pretenderem fazer um artigo precisam pagar alguém para fazer a parte escrita.

Diferente disso é a percepção da professora temporária, que responde positivamente. Nesse caso, é importante frisar que essa professora passou apenas seis meses na atividade de docência na UFRPE.

Finalizando as entrevistas com as professoras surdas e o tradutor intérprete de Libras, foi perguntado se apontariam algumas sugestões para facilitar o atendimento às demandas relacionadas às atividades laborais, e quais seriam. A resposta positiva foi seguida de sugestões para ações da UFRPE que favoreçam a acessibilidade comunicacional pela Libras como: disponibilizar um quantitativo maior de tradutores intérpretes, para que seja possível o suporte nos mais diversos ambientes, ocasiões e eventos vinculados à universidade; ampliar a oferta da disciplina Libras para outros cursos, e incluir o curso de Libras para outros interessados, que não apenas alunos graduandos; montar uma central de Libras, para otimizar o deslocamento dos profissionais de acordo com o local e a demanda diminuindo, assim, o tempo entre a solicitação e o atendimento.

Além de alguns questionamentos, cujas respostas puderam ser articuladas com as das professoras surdas, o tradutor e intérprete de Libras, em outras respostas da sua entrevista, trouxe informações bastante específicas da sua função. Esse profissional, figura como elo de comunicação que transforma os sinais da Libras nas palavras que traduzem tudo o que as professoras surdas necessitam expressar; apresentou uma radiografia bem delineada, da realidade experienciada no ambiente de trabalho, nos campus dessa universidade. Com uma vasta experiência

na função de traduzir de forma oficial a Libras, ele tem uma visão que pode ser considerada ampla, mas detalhada e profunda ao mesmo tempo.

O profissional da Libras diz que, quando ingressou na UFRPE, não havia um setor específico ou espaço de acomodação para esse tipo de profissional, mas no ano de 2013 foram criados setores de acessibilidade, os NACES (Núcleos de Acessibilidade). Ao ser solicitado o assessoramento é preciso haver uma preparação específica para o perfil do trabalho a ser desenvolvido, da seguinte forma:

[...]Se for uma palestra, um evento mais formal, como existe uma diversidade de áreas, o tradutor precisa de um tempo para conhecer a temática, ele não tem o domínio de todo vocabulário específico de cada área, é preciso se apropriar desse vocabulário em português e em Libras, pois existem técnicas tradutórias que devem ser empregadas, e isso exige um tempo maior[...] (Informação verbal)

Conforme pode ser observado, é um trabalho complexo que exige uma recorrente e diferenciada preparação, pois no caso de uma reunião pontual basta um profissional para acompanhar. Mas, sendo um evento demorado, é preciso mais de um intérprete, algumas vezes sendo necessário montar uma equipe, pois é preciso haver revezamento, uma vez que a função expõe o profissional ao risco de contrair lesões nas mãos, pela repetição de movimentos. Além disso, existe o desgaste cognitivo, pois “há um engano em achar que o intérprete faz uma tradução mecânica, que é como uma mímica”, sendo sempre necessário utilizar “estratégias tradutórias”, construir adaptações, promover “empréstimo linguístico”.

Foram essas colocações nas entrevistas que elencaram um universo de informações acerca desse mundo “paralelo”, no qual as professoras de Libras, no silêncio dos sinais, expressam sua busca pelas condições necessárias para de fato estarem inseridas, sentirem-se incluídas pela acessibilidade comunicacional e efetivarem de forma plena a interação com os demais integrantes do campus dessa universidade.

Esses resultados nos dão a oportunidade de dialogar com a teoria e alguns conceitos que subsidiaram o caminhar da pesquisa, reforçando a importância da acessibilidade comunicacional descrita em Sassaki (2010) como um dos maiores obstáculos a serem derrubados. Vemos nas respostas dos alunos, funcionários e professores, a vontade de transpor essa barreira quando a maioria tem interesse em dar continuidade ao estudo da Libras. Isso é a contrapartida ensejada por Silva (1987), para quem também cabe a cada indivíduo enfrentar a eliminação da



desvantagem, não devendo ser cobrado apenas às instituições. Nesse contexto de participação ativa, exergamos a “via de mão dupla”, apontada por Sassaki (2010), como imprescindível no novo paradigma da inclusão, no qual a sociedade é convocada a participar de forma efetiva.

Em vários momentos, os resultados nos permitem observar o que a sensibilidade de Skliar (1995 apud DANESI [entre 1995 e 2013]) evidencia sobre a Libras e sua importância na comunicação da pessoa surda como língua minoritária, por meio da qual a socialização dessas pessoas é possível. Sob essa perspectiva, a figura do tradutor Intérprete desponta como uma mola propulsora dessa interação social imprescindível no meio acadêmico. É por meio desse profissional que a UFRPE participa de uma ação positiva, cumprindo o que está disposto na nossa Constituição e suas Leis. Apesar disso, segundo os resultados apresentados, faz-se necessária uma potencialização desse subsídio, inclusive para minimizar e ajudar a desconstruir o “estigma” que mesmo de forma sutil permeia o encontro face a face, aquele momento que Goffman (1998) reconhece como umas das maiores cenas da sociologia. Um momento dessa natureza, no caso das professoras surdas da UFRPE, acontece durante a participação nas reuniões acadêmicas e, quando ocorre, a comunicação é bastante prejudicada. Essa dificuldade, conforme mostram os resultados da pesquisa, pode ser superada pela figura do tradutor e intérprete, cujo papel faz repercutir a fala de Sacks (2010), quando este aponta que a língua nos permite adquirir e compartilhar informações. Diante disso, esse profissional se torna imprescindível na efetivação da colaboração institucional dessas professoras e ainda lhes fortalece o exercício de sua cidadania.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi definido, como problemática desse estudo, indagar se a UFRPE tem promovido mecanismos necessários e suficientes para que a Libras obtenha êxito enquanto principal meio para a acessibilidade comunicacional das professoras surdas, facilitando a sua integração e interação no ambiente acadêmico. As considerações foram emergindo na medida que as informações fluíam dos questionários e tomavam a forma de resposta efetiva e real, aquela buscada pela pesquisa, sem ter sido necessariamente a que foi previamente vislumbrada pelo pesquisador.

Assim, resta, apurado neste trabalho, as assertivas elencadas a seguir.

A inclusão das professoras surdas no ambiente acadêmico da UFRPE ocorre de forma pouco satisfatória, pois existem necessidades essenciais que, por não serem atendidas, promovem apenas parcialmente a inclusão na rotina de atividades laborais dentro do campus. Um dos pontos principais é a insuficiência do suporte subsidiado pelo profissional tradutor e intérprete para as demandas decorrentes das atividades laborais das professoras surdas que, por isso, não têm garantida sua acessibilidade comunicacional e sua ausência é um dos principais entraves do processo de inclusão. Esta, está diretamente vinculada ao que Sassaki (2010) trata como barreira atitudinal, cuja raiz está fincada também no desconhecimento sobre atitudes adequadas para o relacionamento com pessoas que demandam especificidades. Sob a perspectiva de remoção dessa barreira, a figura do profissional tradutor e Intérprete é elemento indispensável, sendo elo da comunicação entre as professoras surdas e os demais participantes de sua rotina laboral. O profissional tradutor e intérprete da UFRPE possui habilitação e competência para o bom desempenho da função, no entanto, pelo porte dos campus dessa universidade, a quantidade desse profissional é extremamente deficitária para a demanda, além do que não são percebidas ações e mecanismos que visem subsidiar a interação comunicacional das professoras surdas dentro do campus. Apesar de existir um considerável número de pessoas interessadas em aprender a Libras, não há um programa de incentivo, pois as professoras surdas geralmente não são convocadas para os diversos eventos acadêmicos da universidade, da mesma forma com o que ocorre com outros professores. Mesmo nos eventos do

próprio departamento, as professoras surdas não são prestigiadas de maneira igualitária.

Frente às considerações acerca do que foi visualizado como resultado da pesquisa, vale apontar algumas sugestões que podem melhorar a atuação da UFRPE, criando e ampliando medidas facilitadoras da comunicação das professoras surdas por meio da Libras, sua língua natural.

Inicialmente, ofertar o curso de Libras na grade de idiomas da instituição e oferecer para outros participantes além dos estudantes, como professores e funcionários. Isso permitirá aumentar o número de falantes e usuários da Libras nessa instituição, aumentar o número de profissionais de tradução e interpretação para um acompanhamento mais efetivo das professoras surdas em suas necessidades laborais e acadêmicas diárias. Outra sugestão é montar uma central de intérprete, otimizando dessa forma a logística de deslocamento para onde ocorresse a demanda, exigindo nível de escolaridade compatível com o tipo de acompanhamento que será oferecido para, assim, valorizar a qualificação dos que se encontram efetivamente aptos a concorrer a uma vaga na instituição. Deve-se ainda promover ações para divulgação e incentivo do uso da Libras nos diversos espaços e eventos vinculados ao campus, além de buscar desenvolver medidas facilitadoras para que as informações institucionais sejam difundidas também para as professoras surdas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.436/02 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 04 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 22 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 22 jul. 2018

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm). Acesso em: 16 jul.2018.

CARTILHA do Censo 2010: pessoas com deficiência. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2018.

CROCHIK, José Leon. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, dez. 1996. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X1996000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 nov. 2018.

DANESI, Marlene Canarim. A significação do trabalho para o indivíduo surdo. **PsicoMundo**. [entre 1995 e 2013]. Disponível em: <http://www.psicomundo.com/foros/trabajo/surdo.htm> . Acesso em: 04 ago. 2018.

GESSER, Audrei. **Libras?:** Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

GOFFMAN, Ervin. **Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

KLEIN, Madalena. Os Discursos sobre Surdez, Trabalho e Educação e a Formação do Surdo Trabalhador. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998, p.75-93.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: [https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india). Acesso em: 24 nov.2018.

MINAYO. M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 06 jan.2019.

PDET- Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. RAIS 2017. **Ministério do Trabalho**. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>. Acesso em: 16 dez. 2018.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Schwarcz, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, Otto Marques. **A Epopéia Ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.

VALZINHA. Entrevista com Carlos Skliar. **Libras: um novo olhar**. 2011. Disponível em: <http://valpimentinha.blogspot.com.br/2011/11/entrevista-com-carlos-skliar.html>. Acesso em: 04 ago.2018.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. Disponível em: [https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia\\_da\\_pesquisa\\_estudo\\_de\\_caso\\_yin.pdf](https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf). Acesso em: 04 jan. 2019.